ENTRETENIMENTO / Evento que apresenta mais de 600 rótulos da mais tradicional bebida brasileira começa hoje, no Estacionamento da Arena Nilson Nelson, com programação que inclui worksops, oficinas, shows e degustação

Cachaça é a estrela de festival

» MILA FERREIRA

Brasília recebe, a partir de hoje, a segunda edição do Festival da Cachaça. O evento reúne 88 expositores, o dobro do ano passado. Eles trarão mais de 600 rótulos diferentes que serão expostos em mais de 2 mil metros quadrados de stands montados no estacionamento da Arena Nilson Nelson. Além de conhecer um pouco mais sobre a história e a produção daquela que é a mais brasileira das bebidas, o público também poderá degustar as cachaças e participar de workshops com especialistas do setor.

"O grande objetivo do festival é apresentar ao brasiliense o mercado da cachaça, sua importância para a economia nacional e desmistificar o estigma, muitas vezes pejorativo, relacionado à bebida", destacou Edilane Oliveira, diretora do Instituto Brasileiro de Integração (IBI) e organizadora do evento.

Considerada a bebida mais tradicional do país, a cachaça está conquistando mercados com produtos de qualidade reconhecida internacionalmente. Em Brasília, a produção cresceu 35% desde a primeira edição do festival, em 2024.

Produtor da cachaça Remedin, a primeira de alambique original do Distrito Federal, João Chaves também é curador do evento e informa que estarão disponíveis no evento rótulos de todo o Brasil. "De Brasília, serão nove marcas, entre elas, a Remedin, a Saracura e a Araúna. Teremos lançamentos da Dodiley e a Redstone", antecipa. "Teremos oferta de drinks, com a cachaça sendo sempre a estrela. A gente quer mostrar o que o nosso produto tem a oferecer, desde a dose tradicional até drinks, licores e até frozen com cachaça. As principais cachaçarias do Brasil já estão aqui", acrescenta.

Anuário da produção

Ontem, o Ministério da Agricultura e Pecuária (Mapa) apresentou, em um evento fechado ao público, o Anuário da Cachaça 2025, o principal levantamento de dados do setor. De acordo com os dados divulgados, o número de estabelecimentos produtores de cachaça registrados em 2024 apresentou um crescimento de 4,0%, 49 a mais em relação ao ano anterior. O acumulado desde 2021 é de 35,4%.

Presidente do Instituto Brasileiro da Cachaça (Ibrac), Carlos Lima comentou que os dados demonstram uma resiliência da cadeia produtiva da cachaça no enfrentamento das barreiras que impedem o seu desenvolvimento, apesar do cenário desafiador que o setor tem enfrentado. "Um dos obstáculos é a falta de isonomia tributária que existe no segmento de bebidas alcoólicas em função dos privilégios de algumas categorias de bebidas", enfatizou. "São dados extremamente animadores pelo crescimento tanto no número de produtores quanto de registros, apesar de estarem aquém do potencial do setor", destacou.

O anuário mostra ainda uma redução de 22,7% no volume de cachaça exportada em 2024, comparado com o ano anterior. "Isso sinaliza a necessidade da continuidade de ações e da estratégia de promoção da bebida no mercado internacional", afirma Carlos Lima.

Marcelo Ferreira/CB/D.A Press

Direcione a câmera do celular aqui e confira a programação

João Chaves quer mostrar ao brasiliense a importância do setor para a economia

CAIXA Corretora
Caixa Seguridade Corretagem e Administração de Seguros S.A.

MINISTÉRIO DA FAZENDA
GOVERNO FEDERAL BRASIL UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

CNPJ 38.122.281/0001-28
NIRE 53.3.0002169-4

ATA DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA

Realizada em 23 de Abril de 2025

Data, horário e local: Em vinte e três de abril de dois mil e vinte e cinco, às quatorze horas, realizou-se a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Caixa Seguridade Corretagem e Administração de Seguros S.A. ("Caixa Corretora" ou "Companhia"), na sede da Companhia, SAUS Quadra 3, Bloco E, 3º andar, Edifício Matriz III da CAIXA, em Brasília/DF. **Presença:** Presente a acionista Caixa Seguridade Participações S.A., que representa a totalidade do capital social. **Convocação:** Dispensada, na forma do § 4° do art. 124 da Lei nº 6.404/76 ("Lei das S.A."), tendo em vista a presença da acionista representando a totalidade do capital social. **Mesa:** Presidente: Ricardo Talamini Cardoso; Secretária designada: Fernanda Gomes Ribeiro Teixeira; Representantes da Caixa Seguridade: Salvador Congentino Neto e Eduardo Costa Oliveira. **Ordem do Dia**: **(i)** deliberar sobre as Contas dos Administradores e as Demonstrações Contábeis da Caixa Corretora relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024; **(ii)** deliberar sobre a destinação do lucro líquido relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 e a distribuição de dividendos; **(iii)** deliberar sobre a proposta de Remuneração Global dos Administradores e Conselheiros Fiscais da Caixa Seguridade Corretagem e Administração de Seguros S.A. ("RGD"), referente ao período de abril/2025 a março/2026 ("RGD 2025/2026"); **(iv)** deliberar sobre a proposta de Programa de Remuneração Variável dos Dirigentes da Caixa Corretora para o exercício de 2025 – RVD CAIXA CORRETORA 2025; **(v)** deliberar sobre a alteração do Estatuto Social da Caixa Seguridade Corretagem e Administração de Seguros S.A.: **(vi)** tomar conhecimento da realização da Avaliação de Desempenho da Diretoria da Caixa Corretora, referente ao ano de 2024. **A Assembleia Geral Ordinária** decidiu: I. **aprovar** as Contas dos Administradores e Demonstrações Contábeis da Caixa Corretora relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024**. II. aprovar** destinação do lucro líquido relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 e a distribuição de dividendos, no total de no total de R$ 943.241.570,62 (novecentos e quarenta e três milhões, duzentos e quarenta e um mil, quinhentos e setenta reais e sessenta e dois centavos), contemplando: **(a)** dividendos intercalares pagos antecipadamente no montante de R$ 687.152.760,53 (seiscentos e oitenta e sete milhões de reais, cento e cinquenta e dois mil, setecentos e sessenta reais e cinquenta e três centavos); **(b)** dividendos mínimos obrigatórios no montante de R$ 235.810.392,66 (duzentos e trinta e cinco milhões, oitocentos e dez mil, trezentos e noventa e dois reais e sessenta e seis centavos) e **(c)** dividendos intercalares antecipados a pagar no montante de R$ 20.278.417,43 (vinte milhões, duzentos e setenta e oito mil, quatrocentos e dezessete reais e quarenta e três centavos). **Assembleia Geral Extraordinária** decidiu: **I.aprovar** a Remuneração Global dos Administradores e Conselheiros Fiscais ("RGD") da Caixa Corretora para o período de abril/2025 a março/2026 ("RGD 2025/2026"), nos termos dos Anexos I e II: a) **aprovar** a Remuneração Global dos Administradores e Conselheiros Fiscais ("RGD") da Caixa Corretora para o período de abril/2025 a março/2026 ("RGD 2025/2026"), no valor global de R$ 5.872.987,91 (cinco milhões oitocentos e setenta e dois mil, novecentos e oitenta e sete reais e noventa e um centavos), considerando os parâmetros e diretrizes direcionados pela SEST e Controladora CAIXA (Anexo III); **II. autorizar** o pagamento da remuneração mensal dos Administradores e membros do Conselho Fiscal, considerando o período de 1º de abril de 2025 a 31 de março de 2026. **iii. aprovar** o Programa de Remuneração Variável de Dirigentes da Caixa Corretora 2025 (Anexo IV), contemplando ajuste nos indicadores da Diretoria de Risco e Compliance da Caixa Corretora (DIRCO) e da Diretoria Técnica da Caixa Corretora (DITCO), conforme orientação de voto do acionista nos termos do Anexo V, contemplando, ainda, os anexos requeridos pelo Ofício Circular 2315/2024/MGI - Planilhas SEST (Anexos I e II), o relatório de premissas para a fixação das metas e as justificativas que embasam as propostas de metas para a RVD Caixa Corretora 2025 (Anexo VI) e as justificativas para o montante/quantitativo de honorário máximo da RVD 2025 (Anexo VII). O montante destinado à RVD foi calculado considerando o honorário vigente em março de 2025 e, portanto, caso exista ajuste no honorário, tal ajuste deverá ser refletido no montante destinado à referida RVD. **IV. aprovar** a alteração do Artigo 2º do Estatuto Social da Caixa Corretora, que passa a viger com a seguinte redação: "ARTIGO 2º A Companhia tem sede e foro na cidade de Brasília, Distrito Federal, podendo criar, instalar e extinguir filiais, sucursais e escritórios de representação em qualquer parte do território nacional ou no exterior, observada a legislação aplicável". **V. tomar conhecimento** da realização da Avaliação de Desempenho da Diretoria da Caixa Corretora, referente ao ano de 2024. Em atendimento ao previsto no Artigo 13, inciso III, da Lei nº 13.303/2016, no Artigo 24, inciso III, do Decreto nº 8.945/2016, de acordo com a Nota Jurídica 4802362/2023 e com a sistemática de Avaliação de Desempenho de Administradores, Conselheiros Fiscais e Membros de Comitês Estatutários da Caixa Seguridade, disciplinada pelo Manual Normativo ZS107, os formulários de avaliação de desempenho individual e colegiada da Diretoria da Caixa Corretora, referentes ao exercício de 2024, foram disponibilizados aos diretores da Caixa Seguridade para avaliação. Os formulários foram preenchidos de forma colegiada pelos diretores. O resultado da avaliação da Diretoria colegiada da Caixa Corretora ficará arquivado na Secretaria de Governança da Companhia Caixa Corretora. Já os membros estatutários deverão ser comunicados de forma pessoal e confidencial sobre o resultado de suas respectivas avaliações individuais. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, o Presidente da Mesa considerou encerrados os trabalhos das presentes Assembleias, cuja ata foi lavrada, conforme facultado pelo §1º, do art. 130, da lei nº 6.404/76, que, lida e achada conforme, é devidamente assinada. A Junta Comercial, Industrial e Serviços do Distrito Federal certificou o registro sob o n° 250714574 em 12/05/2025.

SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO
MINISTÉRIO DA GESTÃO E DA INOVAÇÃO EM SERVIÇOS PÚBLICOS
GOVERNO FEDERAL BRASIL UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

Leilão Eletrônico SPU nº 29/2025

1. A União, por intermédio da Secretaria do Patrimônio da União, torna público que às **10 horas (horário de Brasília/DF)**, do dia **1º de julho de 2025**, no Portal VendasGov - Imóveis (https://imoveis.vendasgov.serpro.gov.br/), será realizada sessão pública eletrônica de leilão para venda de imóvel do INSS, sendo permitido o **envio de propostas até às 09h59**, do mesmo dia. As regras estão dispostas no Edital de Leilão Eletrônico SPU nº 029/2025, disponível no Portal.

2. O imóvel ofertado é um apartamento de 74,61 m², com vaga de garagem de 12,50 m², localizado à **AOS 4, bloco D, apartamento 212, em Brasília/DF**, matriculado sob os números 52.897 e 52.927 no Cartório do 1º Ofício de Registro de Imóveis do Distrito Federal, e será vendido nas condições em que se encontra, pelo valor mínimo de R$ 792.800,00.

3. Informações sobre o imóvel poderão ser solicitadas à Superintendência do Patrimônio da União no Distrito Federal, localizada à SEPN 516, conjunto D, 1º andar - Brasília/DF, e-mail nucleo.fiscalizacao@gestao.gov.br, telefone (61) 2020- 6642 / 6641 / 6643. Dúvidas sobre o edital ou Portal VendasGov - Imóveis poderão ser esclarecidas pelo e-mail (leilao.spu@gestao.gov.br) ou telefone (61) 2020-4476.

THALLYTA DE PAIVA LACERDA
Presidente da Comissão Permanente de Licitação

SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO
MINISTÉRIO DA GESTÃO E DA INOVAÇÃO EM SERVIÇOS PÚBLICOS
GOVERNO FEDERAL BRASIL UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

Leilão Eletrônico SPU nº 30/2025

1. A União, por intermédio da Secretaria do Patrimônio da União, torna público que às **10 horas (horário de Brasília/DF)**, do dia **02 de julho de 2025**, no Portal VendasGov - Imóveis (https://imoveis.vendasgov.serpro.gov.br/), será realizada sessão pública eletrônica de leilão para venda de imóvel do INSS, sendo permitido o **envio de propostas até às 09h59**, do mesmo dia. As regras estão dispostas no Edital de Leilão Eletrônico SPU nº 029/2025, disponível no Portal.

2. O imóvel ofertado é um apartamento de 74,61 m², com vaga de garagem de 12,50 m², localizado à **AOS 4, bloco D, apartamento 105, em Brasília/DF**, matriculado sob os números 52.874 e 52.904 no Cartório do 1º Ofício de Registro de Imóveis do Distrito Federal, e será vendido nas condições em que se encontra, pelo valor mínimo de R$ 792.800,00.

3. Informações sobre o imóvel poderão ser solicitadas à Superintendência do Patrimônio da União no Distrito Federal, localizada à SEPN 516, conjunto D, 1º andar - Brasília/DF, e-mail nucleo.fiscalizacao@gestao.gov.br, telefone (61) 2020-6642 / 6641 / 6643. Dúvidas sobre o edital ou Portal VendasGov - Imóveis poderão ser esclarecidas pelo e-mail (leilao.spu@gestao.gov.br) ou telefone (61) 2020-4476.

THALLYTA DE PAIVA LACERDA
Presidente da Comissão Permanente de Licitação

G.C.E S/A

CNPJ: 05.275.229/0001-52 - NIRE: 5330000695-4

RELATÓRIO DA DIRETORIA

Senhores Acionistas: Em cumprimento às prescrições legais, apresentamos as Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2.024

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO

	2024	2023
ATIVO	**143.565.986,73**	**122.038.194,74**
CIRCULANTE	**72.293.248,95**	**66.764.730,96**
DISPONÍVEL	**531.664,61**	**1.642.201,05**
Caixa/Bancos	531.664,61	1.642.201,05
REALIZÁVEL A CURTO PRAZO	**71.761.584,34**	**65.122.529,91**
Créditos	53.993.970,55	43.370.517,57
Bens Imóveis p/ transações	5.682.891,79	8.363.646,43
Estoque	8.854.272,54	-
Outros valores e bens	3.230.449,46	13.388.365,91
NÃO CIRCULANTE	**71.272.737,78**	**55.273.463,78**
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	**12.215.009,16**	**10.148.328,45**
Creditos Diversos	12.215.009,16	10.148.328,45
INVESTIMENTOS	**54.430.182,74**	**44.472.522,71**
Participação em outras empresas	54.430.182,74	44.472.522,71
IMOBILIZADO TANGÍVEL	**4.627.545,88**	**652.612,62**
Bens em operação	5.123.620,87	1.134.790,11
(-) Depreciação acumulada	(496.074,99)	(482.177,49)
IMOBILIZADO INTANGÍVEL	**-**	**-**
Software	-	2.807,62
(-) Amortizações acumuladas	-	(2.807,62)

	2024	2023
PASSIVO	**143.565.986,73**	**122.038.194,74**
CIRCULANTE	**16.898.562,22**	**12.256.328,06**
Fornecedores	11.993.664,60	2.309.227,17
Obrigações com pessoal	745.571,27	1.549.299,09
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	819.569,74	2.219.719,91
Obrigações fiscais	494.709,18	976.247,10
Dividendos a pagar	448.320,79	401.749,97
Empréstimos e financiamentos	2.318.177,64	4.800.084,82
Credito de Terceiro CAUÇÃO	78.549,00	-
NÃO CIRCULANTE	**34.998.845,81**	**22.723.799,52**
Empréstimos e financiamentos	34.998.845,81	22.557.003,85
Parcelamentos fiscais	-	166.795,67
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**91.668.578,70**	**87.058.067,16**
Capital Social	15.000.000,00	15.000.000,00
Reserva legal	3.000.000,00	3.765.005,84
Reserva de lucros	73.668.578,70	68.293.061,32

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	2024	2023
LUCRO DO EXERCÍCIO	**4.657.082,36**	**5.841.601,83**
AJUSTES	**13.897,50**	**14.722,84**
Depreciações e amortizações	13.897,50	14.722,84
VARIAÇÃO NOS ATIVOS E PASSIVOS	**4.952.248,17**	**(7.874.327,55)**
Clientes e créditos	(8.313.748,43)	(23.331.074,10)
Créditos tributários a compensar	(2.309.704,55)	(918.622,88)
Depositos Judiciais	-	120.000,00
Bens Imoveis para Transação	(531.971,68)	(184.800,00)
Titulos de Capitalização	35.388,42	(26.212,30)
Adiantamentos Ativo Circulante	76.846,49	(505.989,50)
Estoque	(8.854.272,54)	-
Despesa Paga Antecipadamente	12.212.415,90	(12.212.415,90)
Emprestimo Diversos Ativo	(2.166.734,36)	(969.995,27)
Empréstimos de Longo Prazo Ativo	(2.066.680,71)	23.374.264,61
Emprestimos de Curto Prazo	(2.403.358,18)	(6.407.070,29)
Fornecedores	9.684.437,43	680.215,69
Obrigações c/ pessoal	(2.203.877,99)	2.167.165,08
Obrigações tributárias	(481.537,92)	386.922,61
Financiamentos de Longo Prazo	12.441.841,96	10.011.605,66
Parcelamento de tributos	(166.795,67)	(58.320,96)
GERAÇÃO DE CAIXA NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	**9.623.228,03**	**(2.018.002,88)**
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Investimentos	(9.957.660,03)	3.320.615,90
Aquisição de imobilizado	(776.104,44)	(113.539,51)
APLICAÇÕES DE CAIXA NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	**(10.733.764,47)**	**3.207.076,39**
FLUXO DE CAIXA NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
AUMENTO/REDUÇÃO NO CAIXA E EQUIVALENTES	**(1.110.536,44)**	**1.189.073,51**
Saldos iniciais de caixa e equivalentes	1.642.201,05	453.127,54
Saldos finais de caixa e equivalentes	531.664,61	1.642.201,05
AUMENTO/REDUÇÃO NO CAIXA E EQUIVALENTES	**(1.110.536,44)**	**1.189.073,51**

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS DO EXERCÍCIO

	2024	2023
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	**152.444.208,58**	**121.215.716,18**
Vendas de serviços	152.444.208,58	121.215.716,18
DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA	**(8.705.571,59)**	**(5.819.018,99)**
RECEITA LÍQUIDA OPERACIONAL	**143.738.636,99**	**115.396.697,19**
CUSTOS	**(149.024.774,17)**	**(114.675.614,39)**
Dos serviços vendidos	(149.024.774,17)	(114.675.614,39)
LUCRO BRUTO OPERACIONAL	**(5.286.137,18)**	**721.082,80**
DESPESAS/RECEITAS OPERACIONAIS	**9.943.219,54**	**5.120.519,03**
Despesas c/ pessoal	(4.025.342,10)	(2.968.737,87)
Despesas administrativas	(6.097.889,17)	(3.915.146,71)
Despesas tributárias	(102.656,64)	(248.579,31)
Despesas financeiras	(416.780,01)	(146.380,11)
Receitas financeiras	35.571,05	34.031,73
Outras receitas	21.100.716,41	14.435.128,30
Outras despesas	(550.400,00)	(2.069.797,00)
LUCRO ANTES DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	**4.657.082,36**	**5.841.601,83**
CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	-	-
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA	**4.657.082,36**	**5.841.601,83**
PROVISÃO P/ IMPOSTO DE RENDA	-	-
RESULTADO LÍQUIDO	**4.657.082,36**	**5.841.601,83**

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

ESPECIFICAÇÕES	**CAPITAL SOCIAL**	**RESERVA LEGAL**	**RESERVAS DE LUCROS**	**TOTAL**
SALDOS EM 31/12/2022	**15.000.000,00**	**3.765.005,84**	**62.509.875,50**	**81.274.881,34**
Lucro do Exercício	-	-	5.841.601,83	5.841.601,83
Destinação do lucro:			**-**	
Reserva legal	-	-	-	-
Dividendos	-		(58.416,01)	(58.416,01)
SALDOS EM 31/12/2023	**15.000.000,00**	**3.765.005,84**	**68.293.061,32**	**87.058.067,16**
Lucro do Exercício	-	-	4.657.082,36	4.657.082,36
Destinação do lucro:				
Reserva legal	-	(765.005,84)	765.005,84	-
Dividendos	-	-	(46.570,82)	(46.570,82)
SALDOS EM 31/12/2024	**15.000.000,00**	**3.000.000,00**	**73.668.578,70**	**91.668.578,70**

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2024

NOTA 01 – CONTEXTO OPERACIONAL

A GCE S/A., atua na área de construção civil em geral, de imóveis urbanos e rurais, para si ou para terceiros, por empreitada ou administração.

NOTA 02 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

NOTA 03 – PRÁTICAS CONTÁBEIS

Dentre as principais práticas contábeis observadas na preparação das demonstrações contábeis, ressaltamos: **a) Ativos circulante e realizável a longo prazo** São demonstrados pelo valor de custo ou realização, acrescidos, quando aplicável, dos rendimentos e as variações monetárias auferidas e estão suportadas por documentação hábil. **b) Clientes** São demonstrados pelo valor original, os quais correspondem aos serviços prestados e não recebidos até a data do balanço. **c) Investimentos** O valor das participações em coligadas está demonstrado pelo custo de aquisição e ajustado pelo método de equivalência patrimonial. **d) Imobilizado** Está demonstrado pelo custo de aquisição, ajustado por depreciação acumulada calculada pelo método linear às taxas estabelecidas em função do tempo de vida útil por espécie de bens. **e) Passivo circulante e não circulante** Está demonstrado pelos valores conhecidos e calculáveis, acrescidos quando aplicável dos correspondentes encargos incorridos. **f) Provisão de férias e encargos** Constituída com base na legislação vigente e o período aquisitivo de cada funcionário. **g) Contas de resultado** As receitas, despesas e custos são reconhecidas pelo regime de competência.

NOTA 04 – CRÉDITOS ATIVOS (R$ MIL)

Clientes		48.220
Tributos a recuperar:		
IRPJ	3.910	
CSSL	1.094	
IRRF	4	
ISSQN	603	
PIS	29	
COFINS	133	
TOTAL	**5.773**	**48.220**

NOTA 05 – INVESTIMENTOS (R$ MIL)

COLIGADAS	**VALOR**	**% DE PARTICIPAÇÃO**
R-7 CONSTRUTORA LTDA	931	100,00
		% Participação
GBT S/A	9.172	32,00
PROSPERAR PART. DE ATIVOS LTDA	4.382	-
DCBRAS S/A	699	99,00
IP SUL CIPS	12.116	25,00
SCP - ADMINISTRADORA DF	903	34,00
SCP ADMINISTRADORA MG	493	34,00
SCP - SAMAMBAIA	8.773	65,00
OUTRAS PARTICIPAÇÕES	16.848	
TOTAIS	**54.317**	**-**

NOTA 06 – IMOBILIZADO (R$ MIL)

	CUSTO	**DEPRECIAÇÃO**	**RESIDUAL**
Terrenos	199	-	199
Maquinários	234	(217)	17
Móv. Utensílios	93	(78)	15
Equip. CPD	249	(129)	120
Equip. comunicações	11	(11)	-
Instalações	256		256
Imoveis	3.213		3.213
Veículos	868	(61)	807
TOTAIS	**5.123**	**(496)**	**4.627**

NOTA 07 – OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRIBUTÁRIAS (R$ MIL)

	SOCIAIS	**FISCAIS**
Salários e correlatos	**745**	-
INSS / FGTS e correlatos	**819**	-
Parcelamentos fiscais	-	**157**
IRRF	-	**88**
ISSQN	-	**101**
CTR.Social		**28**
PIS/COFINS	-	**145**
Totais	**1.564**	**519**

NOTA 08 – EXIGÍVEL A LONGO PRAZO

RH Engenharia	4.871
São Francisco Agropecuária	828
Outros Empréstimos	29.299
Totais	**34.998**

NOTA 09 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social O Capital Social totalmente integralizado em moeda corrente do país no montante de R$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais) é representado por 15.000.000 (quinze milhões) ações ordinárias com valor nominal de R$ 1,00 (um real) cada uma. As ações representativas do Capital Social tem direito a um dividendo mínimo nos termos da Lei sobre o lucro líquido do exercício, ajustado de acordo com o artigo 202, da Lei nº 6.404/76.

NOTA 10 – SEGUROS

A empresa tem como política manter a cobertura de seguros, em montante julgado suficiente para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos ou responsabilidades.

NOTA 11 – VALOR PATRIMONIAL

Para fins estritamente CONCORRENCIAIS, informamos que a Sociedade não detém PATRIMÔNIO LÍQUIDO NEGATIVO, sendo o mesmo (POSITIVO) de R$ R$91.668.578,70 (noventa e um milhões seiscentos e sessenta e oito mil quinhentos e setenta e oito reais e setenta centavos) formado por:

CAPITAL SOCIAL	15.000.000,00
RESERVA LEGAL	3.000.000,00
RETENÇÃO DE LUCROS	73.668.578,70
TOTAL	**91.668.578,70**

Análise Econômica Financeira Balanço Encerrado em 31/12/2023

Capital de Giro	=	55.394.686,73
Liquidez seca	=	3,94
Liquidez Corrente	=	4,28
Liquidez Geral	=	1,63
Liquidez Absoluta	=	0,03
Endividamento a curto Prazo	=	0,18
Endividamento Total	=	0,57
Garantia Capital de Terceiros	=	1,77
Liquidez Recursos Próprios	=	0,60
Quociente Imobiliz. Patrimônio Liquido	=	0,05
Índice de Solvência	=	2,77
Índice de Endividamento	=	0,36

e que não há CONTINGÊNCIAS conhecidas ou de risco a provisionar contra esse PATRIMÔNIO APURADO.

DIRETORIA:
Paulo Maia Koshiba – Diretor Técnico / Marcos de Oliveira – Diretor Administrativo
CONTABILIDADE:
JURIDICON ORG. JURIDICO CONTABIL S/S LTDA. - CONTADOR: DANIEL GRAPEGGIA

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
ILMO SRS. SÓCIOS E ADMINISTRADORES GCE S/A. - BRASÍLIA -DF.

OPINIÃO DO AUDITOR INDEPENDENTE

Examinamos as Demonstrações Contábeis, da Empresa **GCE S/A**, encerradas em 31 de dezembro de 2024, que compreendem o Balanço Patrimonial, as Demonstrações do Resultado do Exercício, as Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstrações do Fluxo de Caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Empresa **GCE S/A**, em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

BASE PARA OPINIÃO DO AUDITOR

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "RESPONSABILIDADES DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS". Somos independentes em relação à Empresa auditada, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

RESPONSABILIDADE DA ADMINISTRAÇÃO PELAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A administração da Empresa é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

RESPONSABILIDADE DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além d isso: *Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. *Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa. *Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

*Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional. *Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

VALOR PATRIMONIAL PARA FINS CONCORRENCIAIS

Para fins estritamente CONCORRENCIAIS, informamos que a Sociedade não detém PATRIMÔNIO LÍQUIDO NEGATIVO, sendo o mesmo (POSITIVO) de R$ R$91.668.578,70 (noventa e um milhões seiscentos e sessenta e oito mil quinhentos e setenta e oito reais e setenta centavos) formado por:

CAPITAL SOCIAL	15.000.000,00
RESERVA LEGAL	3.000.000,00
RETENÇÃO DE LUCROS	73.668.578,70
TOTAL	**91.668.578,70**

e que não há CONTINGÊNCIAS conhecidas ou de risco a provisionar contra esse PATRIMÔNIO APURADO.

Brasília-DF, 30 de abril de 2025.
Jivago Maia dos Santos - Contador CRC-DF 027012